



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

JANEIRO /2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

JANEIRO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	05
ARRECADAÇÃO DO ICMS	13
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	21
ARRECADAÇÃO DO ISS	21
SÉRIES HISTÓRICAS	28

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referente ao mês de janeiro de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 16/02/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/02/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de janeiro de 2017, em relação a janeiro de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 20 de fevereiro de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de janeiro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.132,7 milhões em valores correntes. No confronto com janeiro de 2016, aponta-se acréscimo nominal de 10,9%, que corresponde a um crescimento real de 5,2%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de janeiro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 16/02/2017

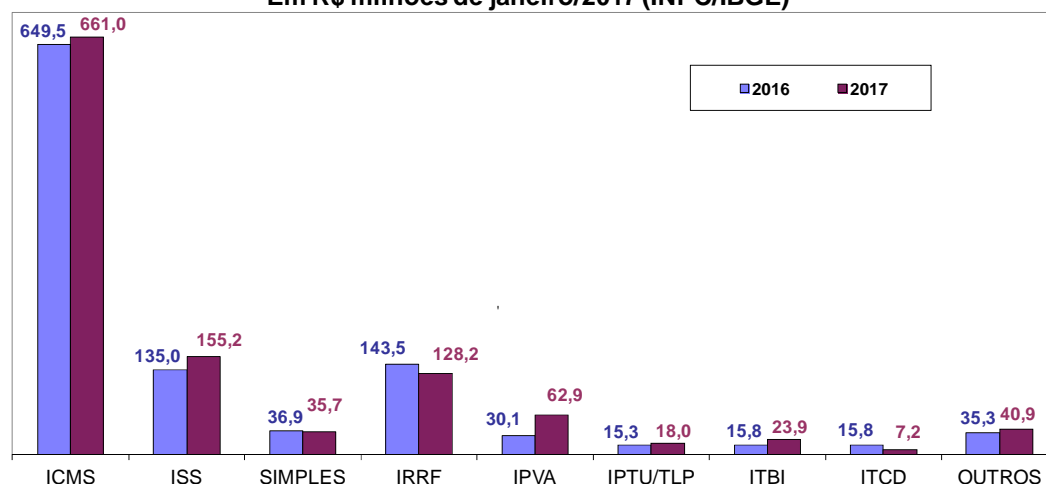
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	jan/17 (a)	jan/16 (b)	janeiro/2016 pelo INPC/IBGE (c)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em janeiro/17
				(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	660.968	616.050	649.536	+44.917	+7,3%	+11.432	+1,8%	58,4%
ISS	155.155	128.004	134.962	+27.151	+21,2%	+20.193	+15,0%	13,7%
SIMPLES	35.651	34.961	36.862	+690	+2,0%	-1.211	-3,3%	3,1%
IRRF	128.162	136.070	143.466	-7.908	-5,8%	-15.304	-10,7%	11,3%
IPVA	62.870	28.526	30.076	+34.344	+120,4%	+32.794	+109,0%	5,6%
IPTU/TLP	17.991	14.501	15.289	+3.490	+24,1%	+2.702	+17,7%	1,6%
ITBI	23.904	15.010	15.826	+8.894	+59,3%	+8.078	+51,0%	2,1%
ITCD	7.159	14.984	15.799	-7.825	-52,2%	-8.639	-54,7%	0,6%
Outras Taxas	6.525	5.516	5.816	+1.009	+18,3%	+709	+12,2%	0,6%
Receita Tributária Total (A)	1.098.386	993.623	1.047.632	+104.763	+10,5%	+50.754	+4,8%	97,0%
Dívida Ativa	19.273	15.926	16.791	+3.347	+21,0%	+2.481	+14,8%	1,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	5.981	4.676	4.930	+1.305	+27,9%	+1.051	+21,3%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	9.080	7.391	7.793	+1.689	+22,9%	+1.287	+16,5%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	34.334	27.993	29.514	+6.341	+22,7%	+4.820	+16,3%	3,0%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.132.720	1.021.616	1.077.146	+111.104	+10,9%	+55.574	+5,2%	100,0%

Fonte: SIGGO.

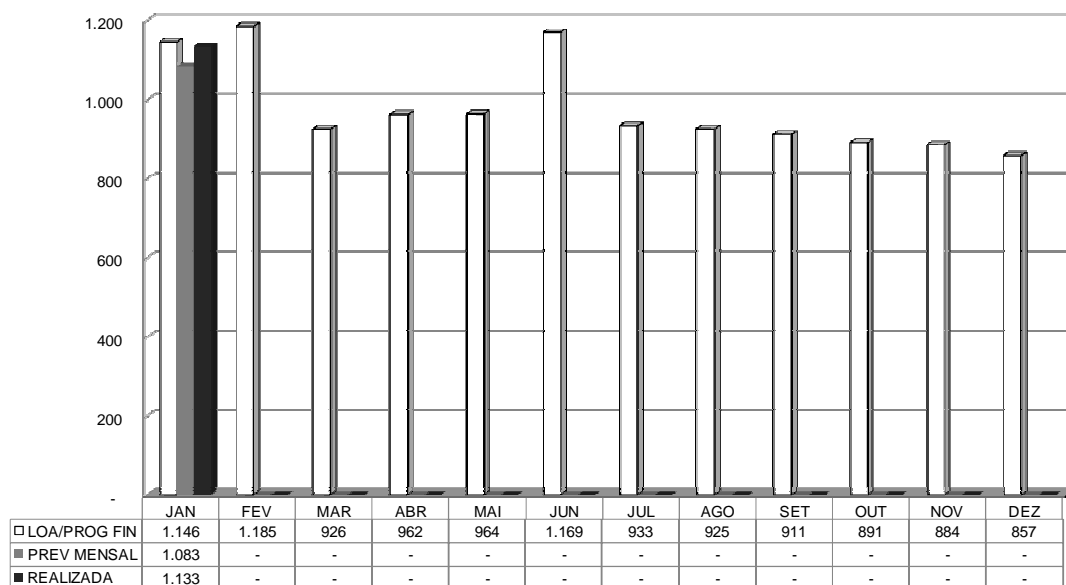
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em janeiro de 2017 frente a janeiro de 2016, verificou-se que o **ICMS**, tributo com maior representatividade, cresceu 1,8% (+R\$ 11,4 milhões). Já o **IRRF**, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, apresentou decréscimo de 10,7% (-R\$ 15,3 milhões). Também deve ser registrado o aumento acentuado da arrecadação do **IPVA** de 109,0% (+R\$ 32,8 milhões).

Arrecadação em janeiro/2017 contra janeiro/2016 Em R\$ milhões de janeiro/2017 (INPC/IBGE)



A receita realizada ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 50,1 milhões, o que corresponde a um desvio positivo de 4,6% de realização.

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2017
EM R\$ MILHÕES**



Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de janeiro, houve frustração de R\$ 13,2 milhões, conforme o quadro seguinte.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	656.093	712.542	660.968	4.875	(51.574)
ISS	130.797	134.986	155.155	24.358	20.168
SIMPLES	36.341	32.980	35.651	(690)	2.671
IRRF	151.961	151.961	128.162	(23.799)	(23.799)
IPVA	24.479	24.051	62.870	38.391	38.819
IPTU/TLP	14.600	15.647	17.991	3.391	2.344
ITBI	24.854	22.909	23.904	(950)	995
ITCD	6.772	7.441	7.159	387	(282)
OUTRAS TAXAS	5.645	5.740	6.525	880	785
RECEITA TRIB TOTAL	1.051.542	1.108.258	1.098.386	46.844	(9.872)
DÍVIDA ATIVA	22.368	24.771	19.273	(3.095)	(5.498)
M/J DÍVIDA ATIVA	3.767	6.090	5.981	2.214	(109)
M/J TRIBUTOS	4.938	6.780	9.080	4.142	2.300
TOTAL OUTRAS REC	31.073	37.641	34.334	3.261	(3.307)
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.082.615	1.145.899	1.132.720	50.105	(13.179)

Discriminando os desvios frente à LOA/Programação Financeira pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios

positivos observados foram para o IPVA e o ISS, correspondentes a R\$ 38,8 milhões e R\$ 20,2 milhões, respectivamente. Por outro lado, os maiores desvios negativos ficaram a cargo do ICMS e do IRRF, correspondentes a R\$ 51,6 milhões e R\$ 23,8 milhões, respectivamente.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

MERCADO IMOBILIÁRIO

O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda dos imóveis em 20 cidades brasileiras – apresentou variação nula entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Já o seu acumulado dos últimos 12 meses alcançou o patamar de 0,66%. Segundo o Boletim Focus do Banco Central, o IPCA do mês de janeiro foi de 0,38% e para o período dos últimos 12 meses foi de 5,36%.

Em janeiro de 2017, no mercado imobiliário do DF, a queda de preços alcançou o índice de 0,44%, valor muito maior do que o de dezembro de 2016, que foi de 0,11%. No tocante à variação anual (últimos 12 meses), a queda de preço foi de 1,32%, que descontada a infração do período pelo IPCA, alcançou a cifra de 6,32%.

O Distrito Federal, em janeiro de 2017, apresentou o terceiro maior preço por m² (R\$8.432,00) do índice fipezap, abaixo apenas de São Paulo (R\$8.625) e Rio de Janeiro (R\$10.262).

PIB

As projeções do Boletim Focus indicam a retomada da economia e apontam um crescimento de 0,50% para PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

Conforme o Ministério da Fazenda, a expectativa para o desempenho da economia brasileira para este ano é de crescimento moderado no primeiro trimestre que seguirá se consolidando ao longo do ano, fechando os últimos

três meses de 2017 com Produto Interno Bruto (PIB) em expansão de mais de 2% na comparação com o mesmo trimestre de 2016. O Governo vem propondo medidas para que o crescimento econômico seja sustentável. Entre as medidas, destacam-se: criação de reservas remuneradas pelo Banco Central, como novo instrumento de política monetária; utilização dos recursos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e conjunto de medidas microeconômicas tais como ações de desburocratização de atividades empresariais, aperfeiçoamento do cadastro positivo, criação da duplicata eletrônica, melhoria do E-Social e do sistema público de escrituração contábil, implementação da nota fiscal eletrônica de serviços e de rede de simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios.

Contudo, ao contrário do que muitos analistas e o próprio governo preveem, o setor bancário acredita que o Produto Interno Bruto (PIB) não vai parar de cair já neste primeiro trimestre, uma vez que a taxa de juros real cresceu, o lado fiscal tem sido extremamente contracionista e vários setores da economia estão fazendo cortes dramáticos, como os bancos.

IPCA

Conforme o Valor Econômico, instituições financeiras, gestoras de recursos e empresas de consultoria começam a acreditar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação, ficará abaixo da meta de 4,5% neste ano. Esta ainda não é a opinião predominante no mercado, mas o grupo de analistas que pensa assim vem crescendo.

De 28 consultorias e bancos consultados pelo Valor, nove já trabalham com essa hipótese, que não se materializa desde 2009, quando o IPCA subiu 4,31%, ficando abaixo da meta pela última vez. Está sendo determinante para as revisões a surpresa favorável nas últimas coletas de preços, principalmente de alimentação e serviços. Outros itens que também subiram menos que o esperado nos últimos meses foram bens duráveis e preços administrados.

Uma inflação abaixo da meta coloca o Banco Central diante de dois desafios: acelerar ainda mais o ritmo de redução da taxa básica de juros (**SELIC**), hoje em 13% ao ano, e propor ao Conselho Monetário Nacional (CMN), a redução da meta de 2019, a ser anunciada em meados deste ano.

Em junho de 2016, o CMN confirmou a meta de 4,5% para 2017 e acenou também com 4,5% para 2018, porém, reduziu o intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para 1,5 ponto. Em junho próximo, o CMN deve confirmar a meta de 2018 e sinalizar a de 2019. Não consta dos planos do Banco Central rever a meta do ano que vem e não há, no momento, discussão sobre o que fazer para 2019. Quando fala em ter meta de 3% para a inflação medida pelo IPCA como objetivo de longo prazo, o BC cogita realmente em um prazo longo, algo como dez anos. É natural que o governo procure retomar a trajetória gradual de desinflação rumo a uma taxa mais neutra. Mas, antes disso, há um longo caminho de ancoragem mais sólida de expectativas e de aprovação de reformas que deem sustentação à volta de superávits fiscais.

EMPREGO

A taxa de desemprego, fato gerador da arrecadação do ICMS e do ISS em janeiro de 2017, manteve em dezembro de 2016, a trajetória de alta observada no decorrer de todo o ano de 2016. Com queda forte no nível de emprego, que há cinco trimestres móveis consecutivos recua mais de 2% sobre igual intervalo do ano anterior, o mercado de trabalho ainda não dá sinais de que seu ciclo de ajuste tenha chegado ao fim. As projeções disponíveis indicam que o desemprego continuará crescendo até o fim do segundo trimestre, encerrando 2017 em nível ainda alto, acima de 12%.

No último trimestre do ano passado, a taxa chegou a 12%, vindo de 11,9% no trimestre até novembro e de 9% no mesmo período de 2015. Excluídos os efeitos sazonais, conforme o cálculo feito por consultorias e instituições financeiras, o indicador da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua avançou de 12,6% para 13%.

A força de trabalho chegou a crescer apenas 0,8% e 0,6% em setembro e outubro, no confronto com iguais períodos de 2015, depois de

avançar 1,8% em média no primeiro semestre. Esse movimento, na opinião da LCA Consultores, já é visível nos indicadores do último trimestre de 2016, quando a força de trabalho cresceu 1,3% sobre igual período de 2015, o maior resultado desde julho do ano passado. A oferta de mão de obra foi responsável por 1,2 ponto percentual do incremento da taxa de 9% para 12% entre o último trimestre de 2015 e o mesmo período de 2016. A contribuição mais expressiva confirma a inversão da tendência observada desde meados do ano até outubro, quando a busca por novas vagas vinha pressionando cada vez menos o desemprego - configurando o chamado "efeito desalento". No cenário da LCA, a ocupação encolherá 1,1% neste ano, com alta de 1,45% da força de trabalho.

O professor do Instituto de Economia da UFRJ João Saboia chama atenção para a redução forte do emprego com carteira assinada. Foram 1,4 milhão de vagas cortadas em 2016, número muito próximo do apurado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1,3 milhão. A proporção de postos formais no total de vagas do país chegou em dezembro a 37,7%, a menor parcela desde o início da série histórica da Pnad Contínua, em 2012. Outra medida da precarização do mercado de trabalho em 2016 foi a queda, a partir setembro, do emprego por conta própria, que vinha absorvendo parte daqueles que perderam sua posição no mercado formal. O setor informal ainda vem abrindo vagas, encerrando o ano com estabilidade em relação a 2015, mas com tendência de alta entre setembro e dezembro.

O aumento do desemprego que marcou 2016 vai se estender, pelo menos, até o fim do primeiro semestre de 2017, avalia Tendências Consultoria. No cenário da instituição, a taxa deve passar dos atuais 12% para nível próximo de 14% entre abril e maio. A partir de então, ela começaria a ceder, chegando próximo de 12,5% em dezembro e fechando 2017 na média de 13%. Dessa forma, os serviços, que aumentaram 6,48% em 2016, podem encerrar esse ano com variação abaixo de 5%, uma vez que o mercado de trabalho prejudicou a demanda por serviços das famílias.

O IBGE informou que o número de desocupados no quarto trimestre de 2016 atingiu o recorde de 12,3 milhões de pessoas.

RENDA E CONSUMO

A trajetória de queda da inflação, que ajudou a segurar a perda de valor dos salários em 2016, continuará jogando a favor dos rendimentos em 2017, quando se espera que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) ceda dos atuais 6,29% para algo próximo de 4,5%. Diante da continuidade do ciclo de corte de vagas nos próximos meses, contudo, o impacto positivo da melhora sobre o consumo será limitada, dizem economistas.

A renda média real acompanhada pela Pnad Contínua diminuiu 2,5% em termos reais em 2016, com uma tendência mais benigna no segundo semestre, justamente quando os índices de preço passaram a desacelerar mais. Depois da queda de 4,2% no trimestre até junho, na comparação com igual período de 2015, os recuos foram cada vez menores, com alta de 0,5% em dezembro, depois de 14 resultados negativos seguidos.

A melhora, contudo, não deve se traduzir na mesma proporção sobre o consumo, já que, diante do recuo forte da ocupação em 2016, de 1,9% em média, e da expectativa de mais uma retração em 2017, a massa de rendimentos deve ter desempenho pior.

Além da inflação, conforme a Tendências Consultoria, a recuperação na trajetória da renda também se deve à redução expressiva do emprego entre os trabalhadores por conta própria, que geralmente recebem menores salários. Com isso, também é difícil vislumbrar recuperação consistente do consumo das famílias ainda em 2017.

BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial registrou superávit de US\$ 2,7 bilhões em janeiro de 2017, resultado de exportações que alcançaram US\$ 14,9 bilhões e importações de US\$ 12,2 bilhões. O desempenho de janeiro é o melhor para o mês desde 2006, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Em janeiro de 2017, as exportações cresceram 20,6% sobre igual mês de 2016, pela média diária, maior desde janeiro de 2011, quando as

exportações subiram 28,2%. Em relação a dezembro, houve uma retração de 6,5%. No caso das importações, houve aumento de 7,3% sobre janeiro de 2016 e de 5,7% sobre dezembro, também pela média diária.

Para analistas, contribuíram para a alta das exportações em janeiro a antecipação do embarque de soja, a elevação na venda de carros e material de transporte, principalmente para a Argentina, e a alta de preços de commodities. O valor embarcado de minério de ferro cresceu 124,5% em janeiro, puxado principalmente pelos preços, que subiram 113,8%. A exportação de petróleo também quase dobrou, com elevação de 97,7%, como resultado de 53,3% de alta nos preços e de 29% de volume de embarque. Os dois produtos, conforme a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), são emblemáticos da recuperação de preços de commodities, que beneficiou as exportações como um todo.

Nos manufaturados, destaca-se a venda de automóveis de passageiros, com alta de 34,5% contra janeiro de 2016, sempre no critério da média diária. Conforme o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), não só os automóveis de passageiros como outros itens de transporte, como veículos de carga e tratores, têm contribuído positivamente para a elevação de exportações. Em janeiro, esses itens ajudaram no crescimento de 7,4% na exportação de manufaturados.

Em boletim, a Rosenberg Associados destaca a "surpresa" com a alta das exportações totais em janeiro, disseminada por todas as classes de produtos, mas pondera que houve influência da baixa base de comparação. As importações tiveram em janeiro a segunda alta mensal seguida, na comparação com mesmo mês do ano anterior, após 26 meses consecutivos de queda, no mesmo critério de comparação, favorecida pela apreciação cambial verificada nos últimos meses, e denotando que a atividade doméstica pode estar em um melhor patamar que em janeiro de 2016.

CÂMBIO

Para o BC, o Brasil está hoje menos vulnerável a choques externos. Como fatores que justificam a menor vulnerabilidade, foram citadas as reservas internacionais (equivalentes a 20% do PIB), menor estoque de

swaps cambiais (US\$ 26 bilhões, contra US\$ 108 bilhões no pico de 2016), queda do déficit em transações correntes (1,3% do PIB em 2016) e investimento direto produtivo de 4,4% do PIB no ano passado.

Por outro lado, o BC reconhece que o atual cenário global é incerto, mas num contexto de avanços na recuperação dos fundamentos da economia brasileira. A primeira incerteza está relacionada à implementação e repercussão das políticas econômicas de países avançados, especialmente os Estados Unidos. Não se sabe ainda se o mundo ficará de fato mais protecionista e qual o impacto sobre economias desenvolvidas e emergentes.

ORÇAMENTO FEDERAL

De acordo com o Valor em 01/02/2017, o governo federal anunciou que reduzirá em R\$ 4,7 bilhões a dotação orçamentária de 2017 para que ela se enquadre dentro do limite de crescimento das despesas previsto para este ano, limitando as despesas a R\$ 1,3 trilhão neste ano, teto calculado a partir da emenda que congela o gasto público por 20 anos.

O ajuste na dotação orçamentária, que decorre da “inovação da política fiscal”, não deve ser confundido com o contingenciamento da programação anual. A expectativa é que um corte no orçamento seja anunciado em março, quando o governo publicará o relatório bimestral de receitas e despesas.

A revisão se dá pela diferença entre o teto de gasto definido a partir do resultado fiscal de 2016 e o que havia sido previsto na LOA de 2017. O índice de correção dos gastos ficou acima da inflação porque a LOA foi aprovada antes da PEC.

Do ajuste de R\$ 4,7 bilhões, R\$ 1,8 bilhão será nas emendas discricionárias e R\$ 1,1 bilhão na dotação para despesas com pessoal. O governo reavaliou variáveis que atuam sobre essa última conta, como previsão de entradas e saídas. Não há mudança com relação a reajustes salariais. Segundo o ministro, os concursos públicos já estavam vedados pela lei orçamentária. O que tem ocorrido são nomeações com base em estoque de concursos anteriores, salvo raras exceções, como o da posse de agentes penitenciários.

Outro ajuste feito foi na conta da previdência, com redução de R\$ 1,8 bilhão, com base no INPC, que, em 2016, ficou abaixo do previsto na LOA de meados do ano passado.

No início de janeiro de 2017, o governo limitou o orçamento para conter os gastos dos ministérios em um cenário de incerteza e assegurar o cumprimento da meta de resultado primário deste ano, de R\$ 139 bilhões para o governo central. O Executivo limitou a 3/18 as despesas até março, quando será publicado o relatório bimestral de receitas e despesas. A decisão levou a “bloqueio” de R\$ 14,2 bilhões no primeiro trimestre. Nos bastidores, a equipe econômica já trabalha com contingenciamento da ordem de R\$ 50 bilhões no orçamento deste ano.

CONTAS ESTADUAIS

Conforme o Valor em 01/02/2017, em contraste com o déficit de R\$ 159,5 bilhões do governo central, os Estados tiveram, no ano passado, superávit de R\$ 6,8 bilhões, segundo dados da nota de política fiscal do Banco Central (BC). Esse resultado, que parece apontar em direção oposta à realidade financeira dos Estados, deve-se à metodologia adotada.

Ao calcular o resultado primário, o BC usa o conceito “abaixo da linha”. Ou seja, o resultado é dado pela variação da dívida no período, excluindo do resultado nominal a parcela referente aos encargos (juros) sobre a dívida líquida. É diferente do conceito “acima da linha”, no qual o resultado final é dado pela diferença entre as receitas e as despesas em um período, sem considerar o gasto com o serviço da dívida. A variação da dívida reflete bem a situação financeira de um ente, já que se ele tiver que aumentar despesas sem que a receita acompanhe, a dívida, necessariamente, terá que subir.

Em contexto de crise, como a atual, e sem conseguir aumentar o endividamento, como faz o Tesouro Nacional, a dívida dos Estados não está crescendo na mesma velocidade de suas dificuldades financeiras. Isso acontece porque a variação do endividamento não capta, por exemplo, o uso de depósitos judiciais, nem os atrasos de salários e a falta de pagamento aos fornecedores.

A renegociação das dívidas com o governo federal também fez diferença. No acumulado em 12 meses, o pagamento de juros nominais pelos Estados caiu de 1,5% do PIB em julho para 1,2% do PIB em dezembro. São aproximadamente R\$ 18 bilhões de “espaço fiscal” que os Estados tiveram para colocar em dia despesas importantes. Os dados do BC quase não captaram o efeito primário dessa mudança, porque o superávit primário dos Estados ficou praticamente estacionado em 0,1% do PIB entre julho e dezembro, considerando sempre o acumulado em 12 meses.

Nem todos os Estados estão na mesma situação de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que já declararam situação de calamidade. Mas mesmo aqueles em situação mais confortável têm quadros piores do que mostram os números do BC.

ARRECAÇÃO DO ICMS

No mês de janeiro de 2017, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 661,0 milhões em valores correntes. No comparativo com janeiro de 2016, houve acréscimo nominal de 7,3%, e aumento real de 1,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

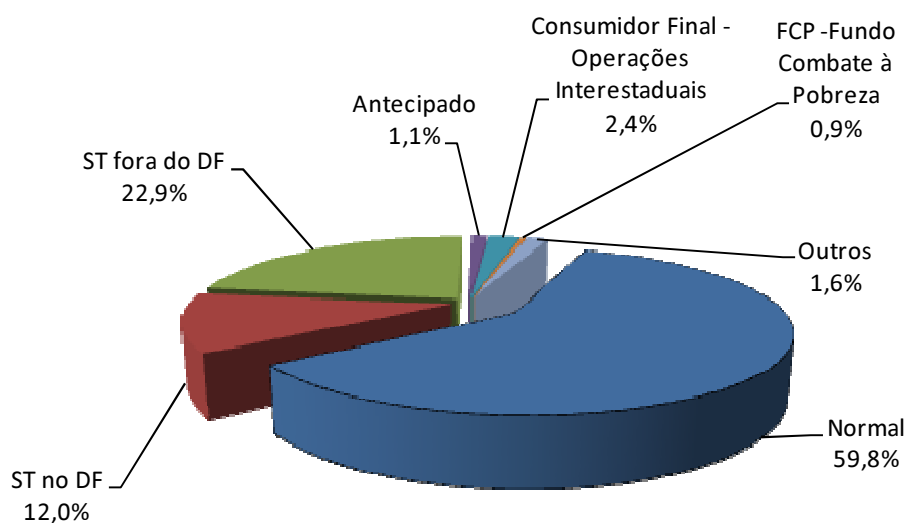
Em 31 de janeiro de 2017, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 152.866 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. O aumento do número de contribuintes em relação a dezembro de 2016 foi de 1,0%. Do total de inscritos, 83,0% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 41.792 e 85.982 contribuintes, respectivamente.

JANEIRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	10	5	2			1		26
2) Regime Normal de Apuração	852	4.925	1.867	1.915	1.928	709	2.981	989	5.019	233	21.418
3) PRO-DF Logístico				4							4
4) Regime Especial de Refeições	5	205	4	114	2	3	46	1	42		422
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		3		18
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEL - Microempreendedor Individual	4.933	14.793	12.891		12.767	5.173	7.708	5.389	20.418	1.910	85.982
8) Simples Nacional - outras modalidades	1.966	10.454	4.310	15	4.260	1.762	5.340	2.110	10.978	597	41.792
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				904							904
10) Telecomunicações-Centralizada				65							65
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	8	13	9	3.161	5		2		5		3.203
TOTAL	7.765	30.394	19.086	6.232	18.967	7.649	16.078	8.489	36.466	2.740	153.866
PARTICIPAÇÃO	5,05%	19,75%	12,40%	4,05%	12,33%	4,97%	10,45%	5,52%	23,70%	1,78%	100,00%

Fonte: CCALT/SUREC, em 31/01/2017.

No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em janeiro de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua advindo do Regime Normal, com 59,8% seguido da Substituição Tributária fora do DF, com 22,9%, representando quase 83% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento janeiro de 2017



Analisando o ganho real de R\$ 11,4 milhões na receita total do ICMS em janeiro de 2017 na comparação com janeiro de 2016, depreende-se que as expansões de receita da Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 19,7 milhões) e da Tributação do Consumidor Final nas Operações Interestaduais (+R\$ 12,9 milhões) superaram as quedas de receita do regime Normal de apuração

(-R\$ 11,2 milhões), do Antecipado (-R\$ 9,1 milhões) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (-R\$ 3,2 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO¹				
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)		variação real (em %)	Composição da arrecadação (janeiro/17)
	jan/17	jan/16		
Normal	404.566	415.782	-2,7%	61,2%
ST no DF	80.883	76.275	6,0%	12,2%
ST fora do DF	139.195	119.510	16,5%	21,1%
Antecipado	7.220	16.353	-55,9%	1,1%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	16.056	3.141	414,8%	2,4%
FCP ²	2.217	5.410	-59,0%	0,3%
Outros ³	10.830	13.065	-17,1%	1,6%
Total da Arrecadação	660.968	649.536	1,8%	100,0%

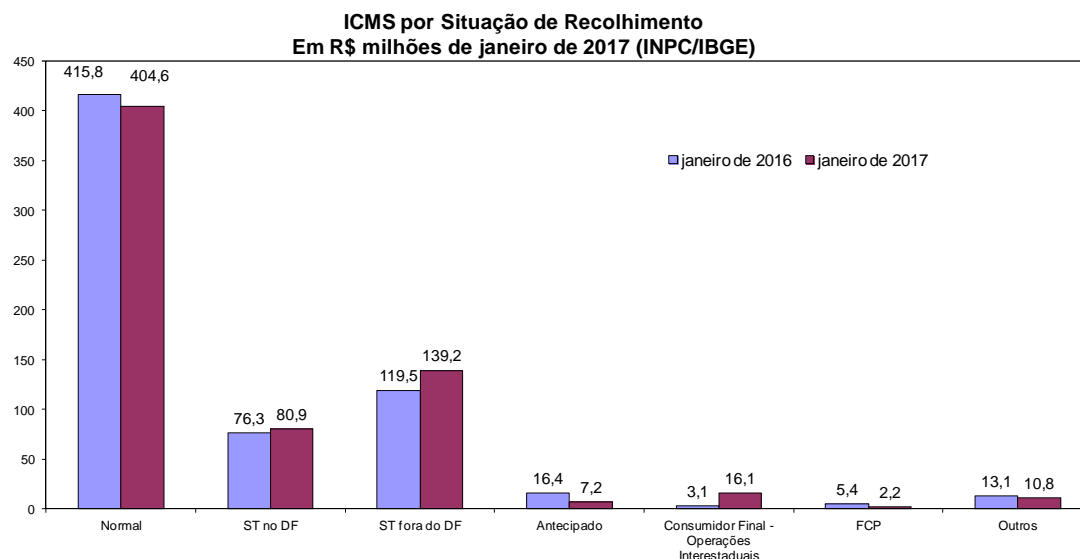
Fonte: SIGGO.

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

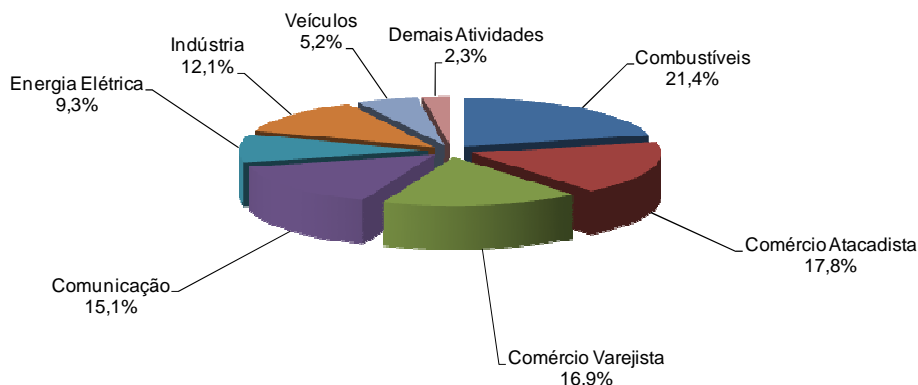
3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de janeiro de 2017 com janeiro de 2016.



No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em janeiro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com 21,4%, seguido pelo Comércio Atacadista com 17,8%, Comércio Varejista com 16,9%, e, por fim, Comunicação com 15,1%.

ICMS por Atividade Econômica janeiro de 2017

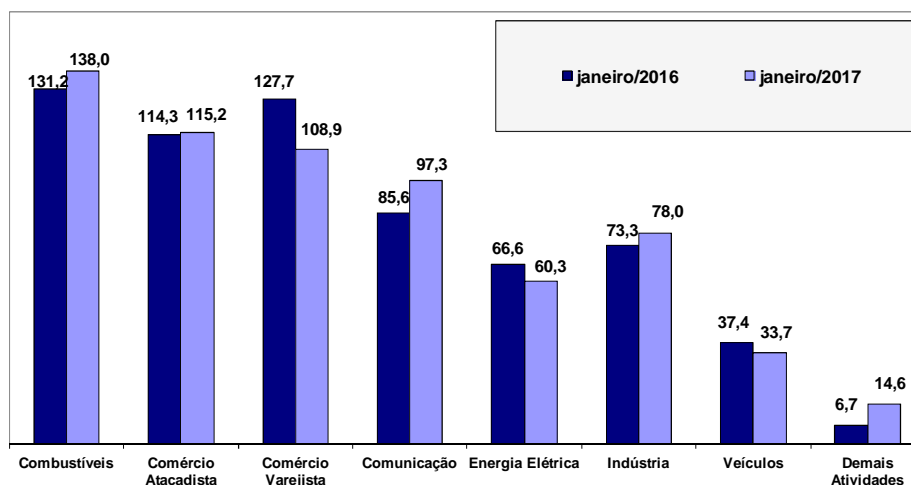


Delineando o desempenho real da receita de janeiro de 2017 frente a janeiro de 2016 pelas principais atividades econômicas sujeitas ao ICMS, foram observados acréscimos de receita nos segmentos Comunicação (+R\$ 11,7 milhões), Combustíveis (+R\$ 6,8 milhões) e Indústria (+R\$ 4,6 milhões). Por outro lado, foram observadas reduções de receita em Comércio Varejista (-R\$ 18,9 milhões) e em Veículos (-R\$ 3,7 milhões), impactados pelo cenário recessivo de restrição de crédito e elevado nível de desemprego. Energia elétrica também apresentou queda (-R\$ 6,3 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹								
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (janeiro/2017)	
	jan/17	jan-jan/17	jan/16	jan-jan/16	jan/17	jan-jan/17		
					jan/16	jan-jan/16		
Combustíveis	138.024	138.024	131.200	131.200	5,2%	5,2%	21,4%	
Comércio Atacadista	115.183	115.183	114.335	114.335	0,7%	0,7%	17,8%	
Comércio Varejista	108.862	108.862	127.737	127.737	-14,8%	-14,8%	16,9%	
Comunicação	97.301	97.301	85.619	85.619	13,6%	13,6%	15,1%	
Energia Elétrica	60.320	60.320	66.587	66.587	-9,4%	-9,4%	9,3%	
Indústria	77.960	77.960	73.341	73.341	6,3%	6,3%	12,1%	
Veículos	33.693	33.693	37.372	37.372	-9,8%	-9,8%	5,2%	
Demais Atividades	14.618	14.618	6.692	6.692	118,4%	118,4%	2,3%	
TOTAL	645.963	645.963	642.882	642.882	0,5%	0,5%	100,0%	

Fonte: SITAF.
 Notas: 1. Valores sem incentivado.
 2. Apuração com base no INPC/IBGE.

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de janeiro/2017 (INPC/IBGE)



DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

INDÚSTRIA

Conforme o Valor, em 02/02/2017, alta de 2,3% da produção industrial em dezembro, depois de aumento de 0,4% em novembro, na série com ajuste sazonal, reforçou a expectativa de que 2017 seja um ano de crescimento, ainda que pequeno, para a atividade, depois de uma crise que já dura três anos.

O avanço da indústria ainda está baseado na fabricação de veículos, que aumentou 10,8% em dezembro, e há dúvida se o resultado se sustentará em janeiro de 2017, uma vez que fatores pontuais, como a alta mais forte das exportações e perspectiva de aumento do preço do aço, podem ter influenciado na decisão das montadoras de antecipar a produção. Esse aumento em veículos levou o ramo de bens duráveis a ter alta de 6,5% na passagem mensal.

Outros segmentos importantes, como bens de capital e bens intermediários, ainda não acompanharam essa melhora. No caso de intermediários, o crescimento foi de 1,4%, enquanto no ramo de bens de capital houve queda de 3,2%.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE trouxeram alguns pontos animadores. O índice de difusão, que mede o número de setores em que a produção subiu, passou de 50% pela primeira vez desde 2012, mostrando que a alta de dezembro não se baseou em apenas um segmento. Além de veículos, cresceu a produção de vestuário (10,9%), equipamentos de informática (15,2%), móveis (9,6%) e máquinas e equipamentos (2,4%).

A queda de 6,6% da atividade manufatureira em 2016 também “esconde” o fato de que, no acumulado em 12 meses, a produção está caindo menos desde junho de 2016, pior momento para o setor, quando a redução foi de 9,7%.

Números menos negativos, contudo, não mudam o quadro de lenta e gradual retomada da indústria. De acordo com o IBGE, o ano de 2016 termina melhor que 2015, mas isso ainda não significa trajetória consolidada de recuperação. Para afirmar se há uma tendência consolidada de melhora, é preciso esperar os resultados do primeiro trimestre, pois o cenário não se alterou: as empresas continuam a demitir, a renda está menor e o crédito, caro e restrito. Apesar do resultado de dezembro, o nível de produção ainda está 19% abaixo do pico alcançado em junho de 2013.

No DF, o acréscimo de 6,3% da arrecadação do ICMS do segmento Indústria de janeiro de 2017 na comparação com janeiro de 2016 parece acompanhar o cenário nacional de alta da produção em dezembro em 2016.

VEÍCULOS

Apesar do aumento na fabricação de veículos, a venda em janeiro de 2017 foi a mais baixa dos meses de janeiro dos últimos 11 anos. O licenciamento de 147,2 mil carros, caminhões e ônibus só ultrapassa o de janeiro de 2006, quando 133 mil unidades foram emplacadas no país.

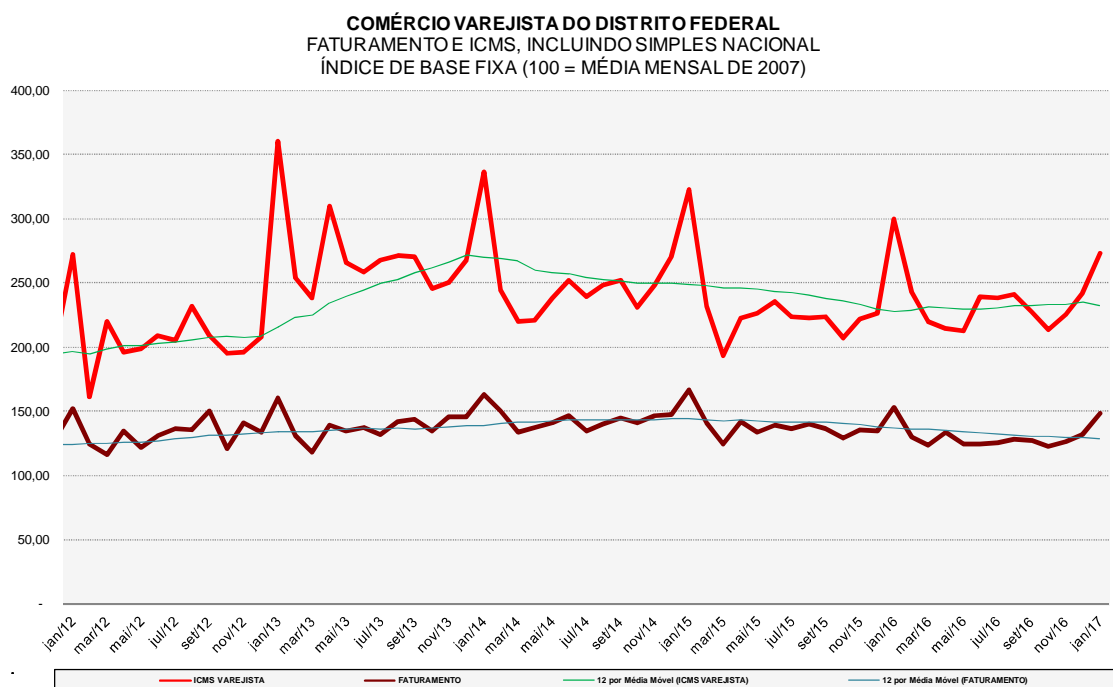
Na comparação com janeiro de 2016 houve uma retração de 5,18% na venda de carros, caminhões e ônibus, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve). Dados da Fenabreve, o emplacamento total de veículos motorizados somou 224,1 mil unidades no mês passado, o que representou uma queda de 14,08% na comparação com igual período do

ano passado. No segmento de carros e comerciais leves, a queda foi menor, de 4,07%. A Fenabreve afirmou que os dados apontam para uma redução no ritmo de queda de vendas de automóveis e comerciais leves. Os números da Fenabreve trazem um dado positivo: a venda de comerciais leves avançou 20,4% na comparação com um ano atrás.

O segmento Veículos no DF também apresentou queda de arrecadação do ICMS de 9,8%, em janeiro de 2017 comparado com janeiro de 2016.

COMÉRCIO VAREJISTA

No confronto da arrecadação do ICMS do comércio varejista no Distrito Federal, incluindo os recolhimentos do tributo do Simples Nacional, com a receita nominal ampliada do segmento pela Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC/IBGE) para o Distrito Federal, depreende-se que a arrecadação do ICMS vem acompanhando de maneira geral o comportamento do faturamento do setor, conforme gráfico abaixo.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS em nível nacional apresentou queda real de 5,51% no acumulado do ano em 2016 comparado com 2015. Nessa mesma comparação, o crescimento real da arrecadação do ICMS do Distrito Federal foi o sexto maior entre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela a seguir.

ICMS de janeiro a dezembro (em R\$ milhões de dez/2016-INPC)

UF	2015	2016	Varição (em %)
MA Maranhão	5.578,3	6.108,5	9,50%
TO Tocantins	2.278,3	2.401,0	5,38%
AL Alagoas	3.472,9	3.580,1	3,09%
RS Rio Grande do Sul	30.161,5	30.688,2	1,75%
MG Minas Gerais	42.188,7	42.587,2	0,94%
DF Distrito Federal	7.561,2	7.573,4	0,16%
SC Santa Catarina	17.757,6	17.785,9	0,16%
RN Rio Grande do Norte	5.036,9	5.021,2	-0,31%
RR Roraima	721,3	710,8	-1,45%
CE Ceará	10.960,2	10.610,7	-3,19%
PB Paraíba	5.053,4	4.883,6	-3,36%
MT Mato Grosso	10.067,9	9.687,1	-3,78%
PR Paraná	27.708,2	26.641,0	-3,85%
GO Goiás	15.275,4	14.576,0	-4,58%
PE Pernambuco	14.288,7	13.554,6	-5,14%
PA Pará	10.828,6	10.258,0	-5,27%
PI Piauí	3.585,7	3.360,7	-6,27%
BA Bahia	21.433,6	19.836,1	-7,45%
SE Sergipe	3.244,7	2.999,6	-7,55%
MS Mato Grosso do Sul	8.358,7	7.684,7	-8,06%
SP São Paulo	140.062,6	128.008,6	-8,61%
RJ Rio de Janeiro	36.734,6	32.559,7	-11,37%
AC Acre	1.088,8	955,3	-12,26%
AM Amazonas	8.310,3	7.267,0	-12,55%
ES Espírito Santo	10.532,3	8.968,0	-14,85%
RO Rondônia	3.503,0	2.971,8	-15,16%
AP Amapá	875,0	712,3	-18,60%
BR BRASIL	446.668,4	421.991,3	-5,52%

Fonte: COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em janeiro de 2017 totalizaram R\$ 35,6 milhões, que representa um acréscimo de 17,1% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimo de 20,9% para o ICMS e de 12,0% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Agosto/2016	17.419.373,53	129.283	11.942.449,79	122.066	29.361.823,32
Setembro/2016	17.218.763,10	130.640	12.537.486,96	123.606	29.756.250,06
Outubro/2016	13.473.671,89	131.400	11.771.507,42	124.532	25.245.179,31
Novembro/2016	19.183.089,46	131.712	13.231.737,94	125.169	32.414.827,40
Dezembro/2016	17.464.326,47	129.604	12.920.402,50	123.976	30.384.728,97
Janeiro/2017	21.115.416,27	127.774	14.475.873,97	123.170	35.591.290,24

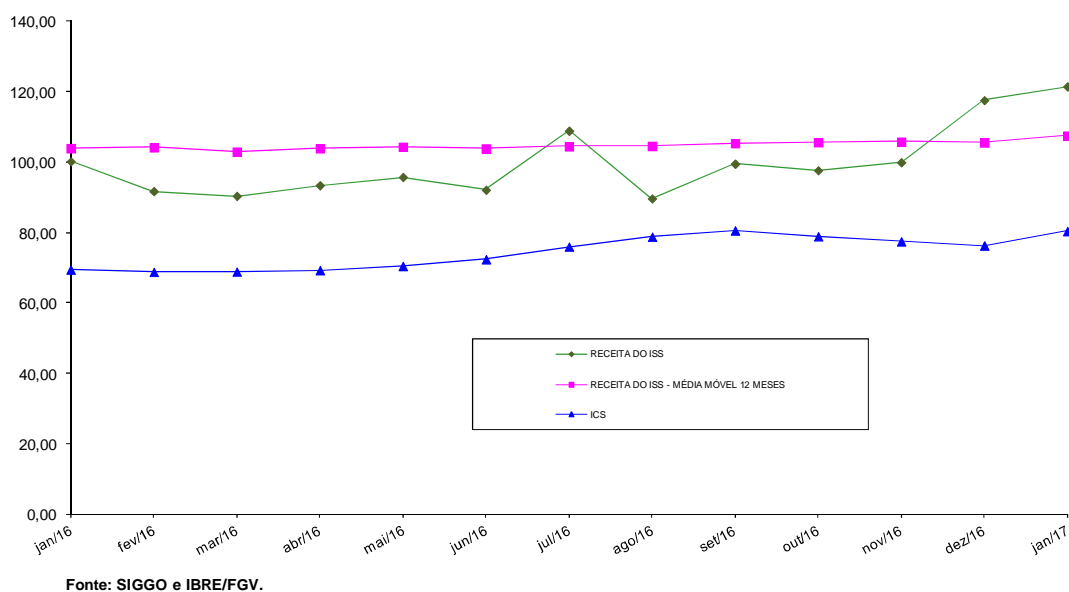
Nota: Nº de contribuintes inclui microempreendedor individual e compreende contribuintes dos dois impostos.

ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de janeiro de 2017, a receita do ISS totalizou o montante de R\$ 155,2 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados em janeiro de 2016, apurou-se aumento nominal de 21,2%, correspondente a um crescimento real de 15,0%, utilizando o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até janeiro de 2017, frente à arrecadação do ISS do Distrito Federal. Observa-se que o crescimento da receita do ISS em janeiro de 2017 elevou ligeiramente a média móvel da arrecadação nos últimos doze meses e acompanhou o crescimento da atividade econômica medido pelo ICS.

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS



O ICS aumentou 4,1 pontos na comparação com o mês anterior, na série dessazonalizada, ao passar de 76,3 para 80,4 pontos, configurando o primeiro aumento após uma sequência de três quedas.

Vale salientar que desde novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2016, considerando todos os dados disponíveis.

Em 31 de janeiro de 2017, o cadastro fiscal do DF possuía 157.776 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

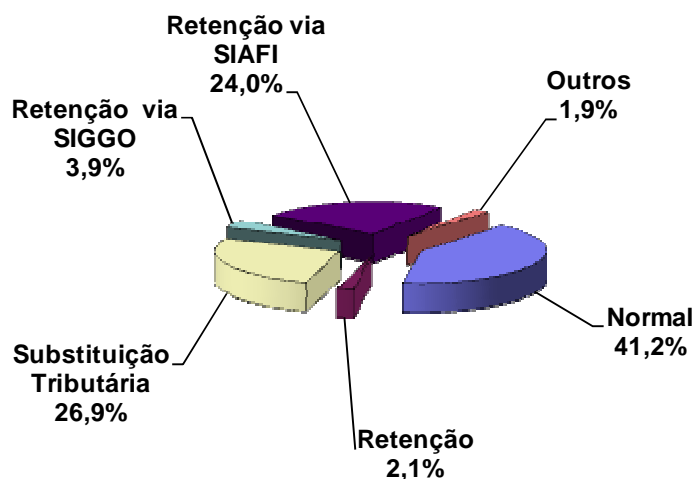
JANEIRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	1.056	13.003	1.713	2.244	1.749	564	4.620	1.030	6.525	196	32.700
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico				1							1
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.671	15.514	11.679		11.547	4.234	7.485	5.179	19.149	1.658	81.116
5) SIMPLES NACIONAL	1.963	13.778	3.325	13	3.252	1.145	5.640	1.876	10.641	421	42.054
6) Sociedades Uniprofissionais	4	805	6	10	2	2	63	6	71	1	970
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				57							57
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)				43						1	44
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF	4	9	2	761	4			1	2		783
TOTAL	7.698	43.113	16.725	3.176	16.554	5.945	17.809	8.091	36.388	2.277	157.776
PARTICIPAÇÃO	4,88%	27,33%	10,60%	2,01%	10,49%	3,77%	11,29%	5,13%	23,06%	1,44%	100,00%

No mês de janeiro de 2017 em relação ao mês anterior, houve um acréscimo de 1.957 inscrições, tendo contribuído principalmente para isso o aumento de 2.757 inscrições do regime normal de tributação, o que compensou a diminuição de 1.603 inscrições ocorridas no regime do Simples Nacional.

Em termos de participação por localidade, 27,3% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,1% na circunscrição de Taguatinga e 49,6% nas demais localidades. Do total de inscrições, 20,7% estão no Regime Normal de Apuração, 51,4% no SIMEI, 26,7% no Simples Nacional, e apenas 1,2% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em janeiro de 2017, o ISS Normal respondeu por 41,2% dos ingressos do imposto e a Substituição Tributária por 26,9%, superior aos 24,0% da Retenção via SIAFI.

ISS por Situação de Recolhimento Janeiro de 2017



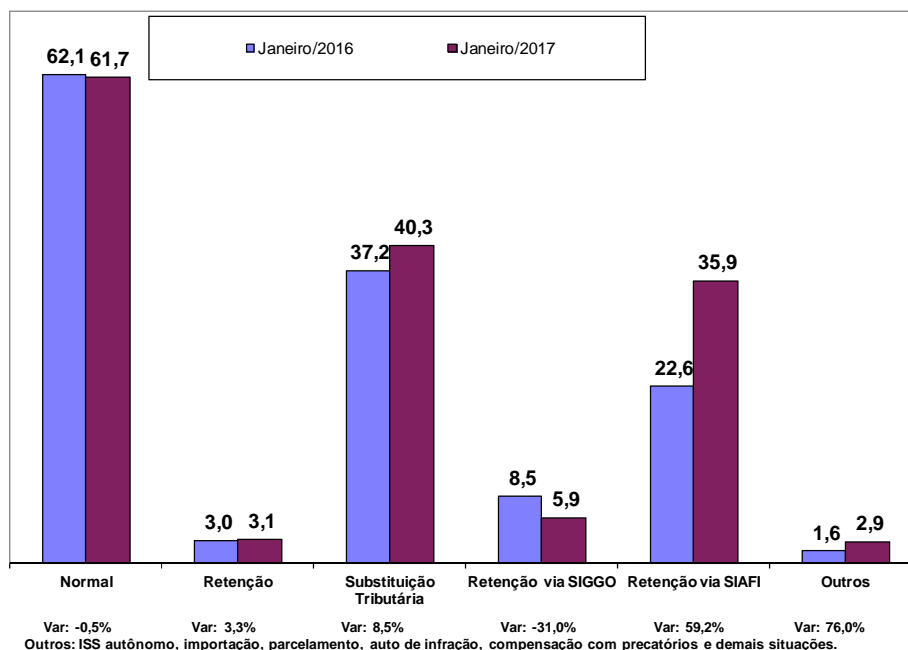
Verifica-se na tabela abaixo que no mês de janeiro de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, houve aumento real em todas as modalidades de recolhimentos à exceção das modalidades de recolhimento Retenção via SIGGO e Normal.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO				
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)		Variação Real ¹ (em%)	Composição da arrecadação (jan-17)
	jan/17	jan/16		
Normal	61.733	62.055	-0,5%	39,8%
Retenção	3.092	2.995	3,3%	2,0%
Substituição Tributária	40.337	37.192	8,5%	26,0%
Retenção via SIGGO	5.884	8.524	-31,0%	3,8%
Retenção via SIAFI	41.222	22.556	82,8%	26,6%
Outros	2.887	1.641	76,0%	1,9%
Total da Arrecadação	155.155	134.961	15,0%	100,00%

Fonte: SIGGO

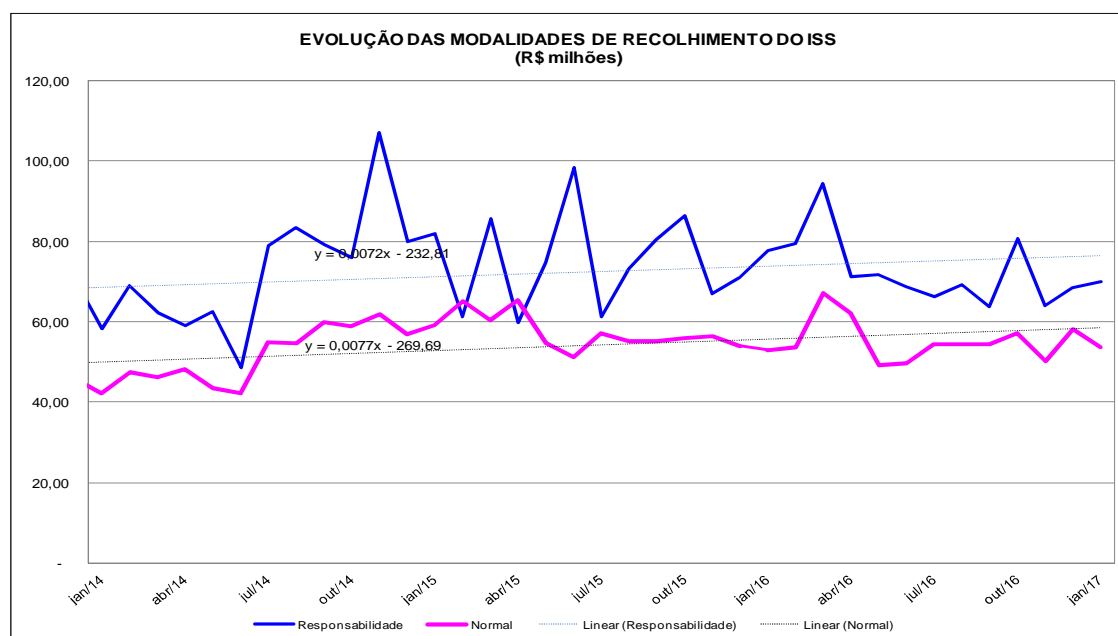
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de Janeiro/2017 (INPC/IBGE)

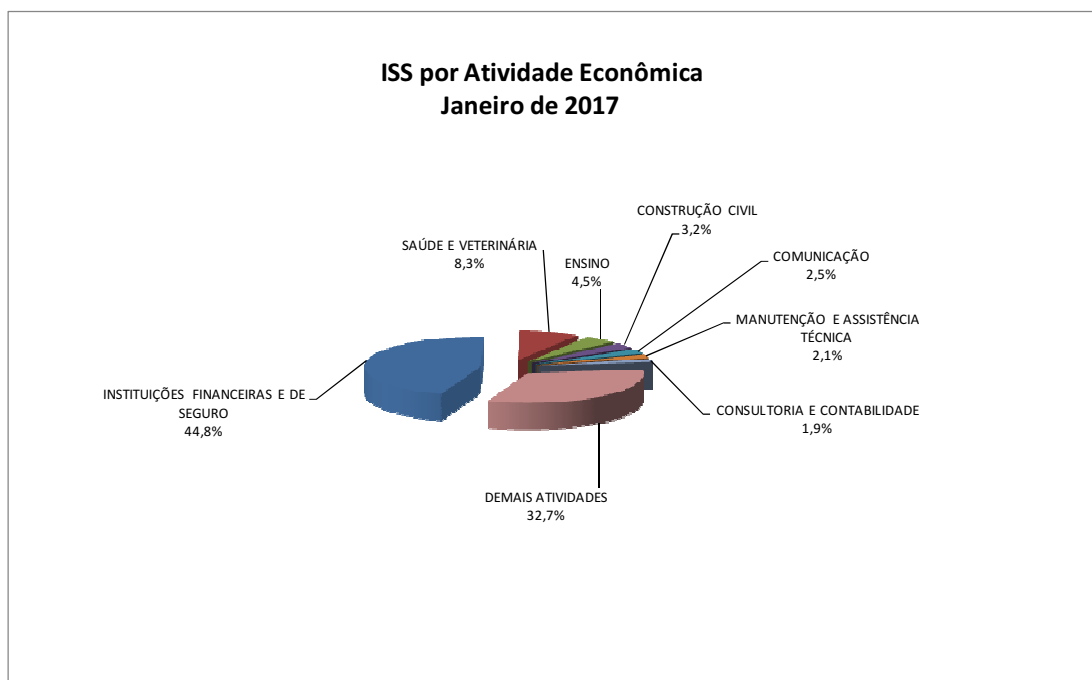


Delineando o crescimento real de R\$ 20,2 milhões em janeiro de 2017 frente a igual mês de 2016, verificaram-se os aumentos nas modalidades Retenção via SIAFI (+R\$ 18,7 milhões) e Substituição Tributária (+R\$ 3,1 milhões), esta última monitorada pela COFIT/SUREC. Por outro lado, a maior queda foi observada na modalidade de recolhimento Retenção via SIGGO (-R\$ 2,6 milhões).

O gráfico subsequente mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), a partir de dezembro de 2013. Como tendência, observa-se um crescimento ligeiramente maior da modalidade Normal.



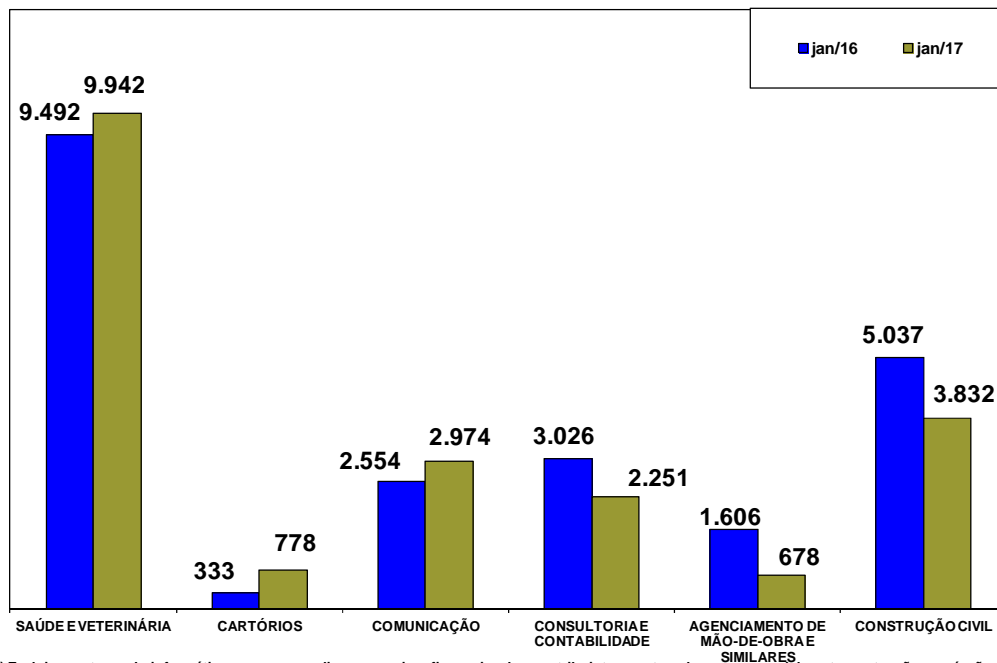
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em janeiro de 2017, verifica-se pelo gráfico abaixo que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 44,8%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 8,3% e Ensino de 4,5%.



O gráfico a seguir discrimina a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na comparação da arrecadação dos segmentos econômicos de janeiro de 2017 com janeiro de 2016 verificou-se que o maior crescimento ficou a cargo de Saúde e Veterinária (+R\$ 449,6 mil), seguido por Cartórios (+R\$ 445,8 mil) e Comunicação (+R\$ 420,1 mil). Por outro lado, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de Construção Civil (-R\$ 1.205,1 mil), Agenciamento de Mão-de-obra e similares (-R\$ 928,17 mil) e Consultoria e Contabilidade (-R\$ 775,4 mil).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil janeiro/2017 (INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(01 janeiro 2017 – Séries Históricas.xls)